

Citicorp já sabe até em que setor investir no Brasil

Gabriel de Sales

SÃO PAULO — O Citicorp, o principal credor do Brasil, com empréstimos de 4,6 bilhões de dólares, já tem definidos os setores da economia nacional a serem abrangidos no caso da conversão de parte dessa dívida em investimentos de risco. Quando, e se o governo brasileiro permitir a conversão, a tendência do Citi será de direcionar investimentos para as indústrias química e petroquímica, de biotecnologia, mecânica de precisão e de informática.

Estes são, coincidentemente, os setores em que o país mais precisa investir para que consiga saltar para um novo patamar no contexto da economia mundial, sugere Antonio M. Boralli, vice-presidente do Citicorp Investment Bank no Brasil. O "apetite" de investimento direto, segundo ele, situa-se atualmente em cerca de 500 milhões de dólares num espaço de até cinco anos e teria como diretrizes básicas a participação minoritária nas empresas e a não interferência em sua gestão direta. Ou seja, apesar das circunstân-

cias, não haveria ligação do banco com o dia-a-dia da empresa, mas, no máximo, presença no seu conselho de administração, como prevê a lei das S.A.

— O governo brasileiro deveria estabelecer logo o programa de conversão e com o menor número possível de limitações — apregoa Boralli, lembrando que o Brasil poderia "se quisesse" estar num estágio muito avançado nessa área.

Ele faz um paralelo entre a década de 70, quando prevaleceram os grandes volumes de empréstimos sindicalizados com a década atual, quando no mundo todo — e não apenas nos países em desenvolvimento — as operações passaram a se concentrar no mercado de risco.

O Brasil, segundo ele, está se atrasando para participar desse mercado, a única forma, na sua opinião, de voltar aos capitais voluntários. "Não adianta mais a busca dos empréstimos sindicalizados porque eles não existem mais", afirma.

Fazer negócios — Uma das consequências desse novo quadro é a conversão da

dívida em investimentos de risco. Para angústia dos banqueiros interessados nesse mecanismo, o governo brasileiro tem sido excessivamente lento ou praticamente nada tem feito para permitir a sua prática. "O que queremos é o retorno de recursos sobre o capital e não a repatriação do capital", diz Boralli ao contestar afirmações recentes de economistas e políticos de que a conversão levaria à desnacionalização da economia nacional ou a deixaria à mercê das flutuações dos interesses dos bancos credores.

— Estamos aqui para fazer negócios, como estamos em 100 países do mundo — acrescenta o vice-presidente do Citi no Brasil, com a ressalva de que se o país oferecer segurança e estabilidade econômica e comportar reinvestimentos ou novos investimentos, eles serão feitos.

Ao defender um programa "flexível e amplo" de conversão, ele contesta também a acusação de que essas aplicações seriam essencialmente de curto prazo: "Embora não vitalícias, serão sempre de longo prazo", garante.

Boralli cita como exemplo a operação

feita em 1986 com a Celanese. A empresa teve seu controle transferido do acionista externo para um grupo nacional, com o Citi participando com 20% do novo capital através de uma operação de *venture capital* (investimento de risco) com recursos próprios internos. "A empresa cresceu, reativou operações que estavam paralisadas, tem 70% de seu capital em poder de controladores nacionais e nós estamos satisfeitos com o investimento que realizamos."

Um temor manifestado pelo representante do Citi é o de que toda a discussão referente a esse mecanismo acabe criando o que ele classifica como uma "Sudene da conversão", onde todos os programas apresentados pelos banqueiros teriam de passar por um grande número de burocratas e obedecer a uma teia de regras que acabariam desestimulando os credores. Ele insinua que isso levaria o Brasil a perder mais terreno ainda para outros países como a Coreia do Sul, por exemplo, que agem muito mais celeremente nessa área. "Se começa tímido, vai ter possibilidades tímidas de crescimento",

alerta ao se referir à lentidão com que o assunto conversão vem sendo tratado no governo.

Recelos — Os credores originais já podem efetuar a conversão da dívida em investimentos de risco mas não têm utilizado esse mecanismo, devido à incerteza existente quanto à regulamentação que vier a ser feita. O receio é de que as propostas aprovadas antes da regulamentação possam ficar em desvantagem em relação às que venham a ser aprovadas. "Depois, petroquímica é um bom setor hoje, mas pode não ser daqui a cinco anos", exemplifica Boralli, ao defender para os bancos a liberdade de gerir e reposicionar estes investimentos.

Sempre enfatizando a necessidade de que sejam estipuladas rapidamente as regras da conversão — o Citicorp tem vários projetos aguardando apenas essa definição —, Antonio Boralli prevê que é preferível ao Brasil "entrar bem nesse mercado e crescer junto com o sistema do que chegar numa situação de 'fim de festa', quando os interesses dos credores podem ser outros".